

Recomendação

Indiferente a todos os pareceres especialistas de médicos, enfermeiros, advogados e constitucionalistas sobre uma matéria que não constava do programa eleitoral dos dois partidos mais votados nas últimas eleições legislativas, e ignorando uma petição com milhares de assinaturas que pede um Referendo sobre a matéria, a maioria dos deputados na Assembleia da República decidiram aprovar a legalização da Eutanásia.

Numa altura em que se esperava do Parlamento um empenho irredutível em salvar e cuidar de vidas, uma maioria de deputados entendeu desbaratar a morte. A Juventude Popular e o CDS-PP assumem-se, frontalmente e sem reservas, como defensores da dignidade da Vida nos seus estágios mais débeis e frágeis, na firme conceção ideológica de que a Vida será sempre um princípio e jamais uma circunstância.

Assim, no pleno respeito dos artigos 24º e 64º da Constituição da República Portuguesa, a Juventude Popular [CONCELHIA] vem por este meio requerer à Assembleia Municipal que:

1. Apoie e apele à objeção de consciência dos profissionais de saúde do SNS, sector privado e social do/a/e [CONCELHO] quanto à aplicação da eutanásia;
2. Defenda, junto do Governo Central e das administrações do sector privado e social, um reforço do investimento nos cuidados paliativos e continuados das unidades de saúde locais;
3. Promova, em conjunto com as várias entidades e instituições da comunidade local, um diálogo informado com a população do concelho, não só sobre o significado da Eutanásia, mas sobre questões que tantas vezes com ela se pretendem confundir, como o Testamento Vital, direito de recusa de tratamentos obstinados, direito de recusa de suporte artificial de funções vitais, direito de recusa de prestação de tratamentos que não visem exclusivamente a redução do sofrimento e a manutenção do conforto do doente ou o direito de recusa de tratamentos que prolonguem, ou agravem o sofrimento;
4. Apoie as iniciativas cívicas que promovem a realização de um referendo sobre a despenalização da Eutanásia;
5. Dê conhecimento destas deliberações a Suas Excelências, o Senhor Presidente da República, o Senhor Presidente da Assembleia da República, o Senhor Primeiro-ministro, Líderes Parlamentares e Deputados do Círculo Eleitoral de/o/a [CÍRCULO].